

Território, Conflito e Poder: Implicações de Grandes Empreendimentos em Comunidades Amazônicas

Autoria

Maria Emilia Melo da Costa - emilia.melo.em@gmail.com

Prog de Pós-Grad em Admin/Faculdade de Economia, Admin e Contab – PPGA/FEA / USP - Universidade de São Paulo

Ana Carolina de Aguiar Rodrigues - anacarolina.ar@gmail.com

Prog de Pós-Grad em Admin/Faculdade de Economia, Admin e Contab – PPGA/FEA / USP - Universidade de São Paulo

Geraldo Tessarini Junior - geraldo.tessarini@gmail.com

- / IFSP - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Prog de Pós-Grad em Admin/Faculdade de Economia, Admin e Contab – PPGA/FEA / USP - Universidade de São Paulo

Agradecimentos

Este trabalho foi realizado com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Resumo

Este artigo analisa as relações de poder estabelecidas entre organizações de estrutura remota e as comunidades tradicionais de entorno na Amazônia, com foco nas implicações decorrentes dessa relação, a partir do estudo de caso da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, localizada em Altamira (PA). A pesquisa adota abordagem qualitativa, exploratória e descritiva, com coleta de dados por meio de pesquisa documental, observação de campo e entrevistas semiestruturadas com lideranças comunitárias. A análise dos dados permitiu a identificação de três categorias: implicações socioambientais, socioeconômicas e sociopolíticas. Os achados revelam uma forte assimetria nas relações entre a organização e a comunidade, marcada por impactos como a destruição de ecossistemas aquáticos, aumento da violência, desestruturação de modos de vida, deslocamento forçado e fragmentação política local. Os conflitos emergentes evidenciam tensões entre diferentes grupos de interesse e demonstram formas de resistência construídas pelos movimentos sociais. O artigo contribui ao evidenciar a complexidade das interações entre grandes empreendimentos e territórios tradicionais na Amazônia, destacando como as relações de poder estabelecidas reproduzem padrões de dominação que geram vulnerabilidades múltiplas para as comunidades locais.

Território, Conflito e Poder: Implicações de Grandes Empreendimentos em Comunidades Amazônicas

Resumo

Este artigo analisa as relações de poder estabelecidas entre organizações de estrutura remota e as comunidades tradicionais de entorno na Amazônia, com foco nas implicações decorrentes dessa relação, a partir do estudo de caso da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, localizada em Altamira (PA). A pesquisa adota abordagem qualitativa, exploratória e descritiva, com coleta de dados por meio de pesquisa documental, observação de campo e entrevistas semiestruturadas com lideranças comunitárias. A análise dos dados permitiu a identificação de três categorias: implicações socioambientais, socioeconômicas e sociopolíticas. Os achados revelam uma forte assimetria nas relações entre a organização e a comunidade, marcada por impactos como a destruição de ecossistemas aquáticos, aumento da violência, desestruturação de modos de vida, deslocamento forçado e fragmentação política local. Os conflitos emergentes evidenciam tensões entre diferentes grupos de interesse e demonstram formas de resistência construídas pelos movimentos sociais. O artigo contribui ao evidenciar a complexidade das interações entre grandes empreendimentos e territórios tradicionais na Amazônia, destacando como as relações de poder estabelecidas reproduzem padrões de dominação que geram vulnerabilidades múltiplas para as comunidades locais.

Palavras-chave: Amazônia; Relações de poder; Organizações de estrutura remota; Comunidades tradicionais.

1 Introdução

A extensão geográfica e simbólica da Amazônia é marcada por disputas territoriais, políticas e de recursos que transformam a floresta em uma arena permeada por processos de dominação e efeitos nas estruturas locais (Castro, 2012). A interação entre Estado e sociedade nessa região produz contradições sociais e políticas que se manifestam em ações coletivas - muitas vezes reativas - contra grandes projetos de infraestrutura, especialmente nos setores de mineração, energia (hidrelétricas), transporte e logística (Baines, 2012). As políticas públicas na Amazônia parecem possuir lógicas contrárias aos interesses e demandas de variados segmentos da população local, tratando a região sem considerar as diversas formas de vida e os saberes que foram construídos ao longo da história, com a alegação habitual das necessidades de “desenvolver” e “integrar” a região aos grandes centros do país (Chaves & Lira, 2009; Lira & Chaves, 2016).

Nesse contexto, grandes organizações de estrutura remota (OER) se instalam na Amazônia e suas atuações causam impactos sociais, ambientais e econômicos nas comunidades em que estão inseridas. OER podem ser entendidas como uma ampla e complexa estrutura organizacional criada para gerenciar a infraestrutura necessária à instalação das pessoas em uma determinada região, distante dos grandes centros, para operar suas unidades lá instaladas (Leite, Albuquerque & Kniess, 2010). No Brasil, essas organizações atuam principalmente nas áreas de mineração, energia, exploração de petróleo e gás natural, entre outras atividades relacionadas à exploração de recursos naturais.

A relação entre as OER e as comunidades em que estão inseridas pouco tem sido abordada no âmbito dos estudos organizacionais, sobretudo quanto às relações de poder

estabelecidas entre elas. Estudos anteriores apontam que a dependência construída é de cunho econômico, mas pode se traduzir também em dependência política e dependência social, considerado como um fenômeno multidimensional (Coelho, 2018). Para Bambirra (2013), a estrutura da dependência se reproduz politicamente por meio de ingerências externas e da tomada de decisões no âmbito interno. Na medida em que a dependência econômica é aprofundada, a tendência é intensificar também a dependência política. Em alguns casos, ocorre ainda a dependência sociológica, quando a concentração dos empregos formais locais impele a população a desejar um posto de trabalho no setor, mesmo que os postos ocupados por esta mão de obra local apresentam piores condições de trabalho, menores salários e menor necessidade de qualificação, visto se tratar de regiões com baixo nível de renda (Coelho et. al., 2016). Adicionalmente, surgem tensões e conflitos (Rojas, 2014; Rojas et al., 2017; Viégas, 2009). Neste artigo, tensões são entendidas como um estado que ameaça romper-se (Houaiss et al., 2001) e conflitos como uma luta por valores e reivindicações de status, poder e recursos escassos (Silva, 1986). Os conflitos expõem a divergência de ideias e são inerentes às relações sociais, presentes em diversos aspectos da vida (organizacionais, sociais e familiares). Um momento de surgimento de conflitos sociais ocorre no processo de licenciamento quando os projetos ganham visibilidade e há uma possibilidade real de serem executados (Pereira, 2013).

A Usina Hidrelétrica de Belo Monte pode ser caracterizada como uma OER porque se enquadra nos principais elementos conceituais que definem esse tipo de organização. Belo Monte, situada no município de Altamira, no estado do Pará, foi projetada e construída em uma área remota, exigindo uma infraestrutura massiva para instalar e manter uma grande força de trabalho e suas famílias — com alojamentos, transporte, serviços de saúde, segurança, educação e abastecimento de recursos básicos. A operação da usina também provocou transformações profundas na dinâmica local, gerando impactos significativos de ordem ambiental (como o desvio do Rio Xingu), social (com deslocamento de populações ribeirinhas e indígenas) e econômica (com a reconfiguração do mercado de trabalho e da distribuição de renda na região). Assim, Belo Monte exemplifica uma OER não apenas por sua localização e escala, mas também pela capacidade de interferir amplamente nas comunidades onde se instala.

Nesse sentido, o objetivo deste estudo é analisar as relações de poder estabelecidas entre as organizações de estrutura remota e as comunidades de entorno na Amazônia, com foco nas implicações decorrentes dessa relação. Para tanto, foi realizada uma pesquisa qualitativa, descritiva e exploratória, com ênfase na relação entre a Usina Hidrelétrica (UHE) de Belo Monte e a comunidade de entorno, na região de Altamira, no Pará. A construção da UHE Belo Monte, iniciada em 2011, teve grande impacto na comunidade de Altamira, localizada às margens do rio Xingu. O projeto, que enfrentou resistência local e global, alterou profundamente a dinâmica social, econômica e ambiental da cidade, com o aumento populacional e a chegada de trabalhadores. Além disso, a obra gerou impactos negativos, como a violência urbana, problemas de infraestrutura e mudanças no modo de vida dos moradores e povos indígenas da região.

O artigo está estruturado da seguinte maneira: na seção 2 apresenta-se o referencial teórico em torno das relações entre comunidade, organização e poder. Na seção 3, constam os procedimentos metodológicos e a apresentação do campo empírico de realização da pesquisa. Na seção 4, os resultados são apresentados e discutidos em torno das implicações decorrentes da instalação da UHE Belo Monte. As considerações finais são apresentadas na seção 5.

2 A relação Comunidade, Organização e Poder

O conceito de comunidade está fortemente relacionado à troca e ao compartilhamento de elementos físicos, emoções ou opiniões/valores, em que tal troca se dá em um cenário dinâmico marcado pela constante tensão entre o indivíduo e o grupo (McMillan & Chavis,

1986; Tönnies, 1995; Brancalone, 2008; Mocellin, 2011). Já ao final da década de 1950, a definição de comunidade (Kaufman, 1959) era entendida como um conjunto de pessoas em interação social em um determinado espaço geográfico que possuíam laços comuns. Para o autor, três elementos se fazem presentes na definição do termo comunidade: (i) constituir uma unidade social da qual o espaço é parte integrante; (ii) indicar uma configuração quanto ao modo de vida sobre como as pessoas fazem as coisas e o que elas querem, suas intenções e seus objetivos coletivos e (iii) envolver uma ação coletiva. A comunidade, portanto, é determinada pelos laços que prendem seus membros juntos, quer sejam sua história, língua, cultura ou localidade (Drucker, 1992).

Duas vertentes teóricas sobre comunidade são recorrentes na literatura: i) a corrente dos autores clássicos que consideram as principais características como coesão social e relações recíprocas, dividindo as condições básicas da vida em comum, baseadas nas relações de amizade, parentesco e vizinhança: Tönnies (1947, 1973); MacIver e Page (1973); Fichter (1973); Wirth (1973); Park e Burges (1973); Buber (1987); Aldous (1995); e ii) autores mais contemporâneos que consideram as tecnologias de informação e de comunicação como colaboradoras para a constituição de uma comunidade estética, vigorando determinados padrões e comportamentos individualistas: Bauman (2003); Durham (2004) e Peruzzo (2002) e Peruzzo e Volpato (2009).

O presente estudo se insere na perspectiva clássica, por entender que a comunidade como sendo o resultado da interação existente entre as pessoas em lugar específico, abrangendo o compartilhamento de valores e hábitos e o compromisso manifestado pela defesa de causas comuns ao grupo. As ideias desses autores clássicos continuam sendo referenciais importantes para analisar contextos em que os laços afetivos, a convivência cotidiana e as redes de apoio mútuo são centrais - especialmente em comunidades tradicionais, rurais ou periféricas, onde a lógica relacional ainda se assenta sobre o parentesco, a vizinhança e a amizade. Essas abordagens clássicas permanecem relevantes porque permitem compreender formas de sociabilidade que persistem apesar da modernidade e da racionalização das relações sociais. A sociologia clássica ainda oferece instrumentos teóricos duradouros para interpretar os desafios da modernidade e da coesão social (Machado, 2019). Parte-se da premissa de que existe uma relação de poder entre essas comunidades e organizações que é fortemente assimétrica em termos de correlação de forças. Considerando o contexto investigado, não há organização sem pessoas, contudo, a abordagem sociológica das organizações prioriza a análise de grandes grupos de pessoas que exercem suas atividades em conjunto, e de organizações com níveis maiores de complexidade (Perrow & Schwartz, 1972). Nesse caso, a ligação entre organizações e comunidade pode ser classificada como positiva quando há ganho para um dos envolvidos ou para ambos, e como negativa, quando há prejuízo pelo menos para um dos envolvidos.

Ainda nesse sentido, o relacionamento entre pessoas e lugares é caracterizado por dimensões afetivas e cognitivas, definidas, respectivamente, como vinculação e identidade de lugar. Todo aspecto de identidade tem alguns elementos relacionados ao lugar (Rollero & Piccoli, 2010). A noção de sentimento psicológico de comunidade (McMillan & Chavis, 1986; Sarason, 1974) e do vínculo de apego ao lugar (Giuliani, 2003; Scannell & Gifford, 2010) permite a compreensão da relação desenvolvida pelo indivíduo com a comunidade e com o local onde mora.

A discussão entre comunidade e organização é permeada por relações de poder que permeiam o debate espacial, social, econômico, político e cultural. Diferentes abordagens têm sido adotadas para compreensão das relações de poder. Em uma perspectiva mais funcionalista Mintzberg (1983) vê o poder como um jogo de influências, com o poder pessoal sendo decisivo para alcançar metas organizacionais. Para essa abordagem, o poder se configura de variadas formas na organização para influenciar os resultados e sua dinâmica. Nessa mesma linha, o poder significa a capacidade do indivíduo ou da organização para impor extrapolações ou

projeções de sua estrutura interna em seu meio ambiente. Por outro lado, abordagens críticas destacam que o estudo das relações de poder busca formulações que expliquem a realidade, permitindo a compreensão além do que pode ser visto e entendido pela sociedade, bem como a conscientização de uma sociedade em que os interesses coletivos prevaleçam sobre os individuais (Faria, 2007).

No meio dessas duas perspectivas, a Teoria Institucional destaca que o contexto adotado por uma organização considera os elementos ambientais de natureza institucional e técnica com a qual interagem. As organizações são direcionadas para incorporar as práticas e os procedimentos definidos por conceitos racionalizados predominantes e institucionalizados na sociedade. Como essas práticas são influenciadas pelos contextos institucional e relacional, essas organizações podem se tornar isomórficas para assegurar aprovação social/legitimidade (Guarido Filho & Machado-da-Silva, 2001; Greenwood et al., 2008; Jacometti et al., 2016).

Apesar de suas diferentes perspectivas, os estudos sobre poder no âmbito das abordagens funcionalistas, crítica e institucional pouco avançaram em relação à compreensão dos impactos das OER nas comunidades em que estão inseridas, uma vez que há predominância de estudos em contextos mais tradicionais e/ou de grandes centros urbanos. Isso cria uma lacuna relevante na compreensão de como se constituem as relações de poder entre tais organizações e as comunidades, desde termos econômicos até sociais. Essas relações podem ser observadas em exemplos simples. Em muitos casos, a instalação de uma OER envolve adaptações e melhorias da infraestrutura existente na cidade, inserindo as residências dos funcionários na comunidade, com o objetivo de promover a aproximação para o desenvolvimento conjunto das pessoas e da região. Em outros casos, a organização constrói desde a rodovia de acesso entre a cidade e as instalações da empresa, assim como o núcleo residencial e infraestrutura necessária para a comunidade (Leite & Albuquerque, 2009; Leite et al., 2010).

As relações entre comunidades amazônicas e organizações externas de estrutura remota envolvem disputas de poder que atravessam o território, a economia e a cultura local. Ioris et. al (2020), ao analisarem os limites e conflitos do desenvolvimento na Amazônia, argumentam que a expansão das chamadas “fronteiras do desenvolvimento” frequentemente opera por meio da imposição de modelos externos que negligenciam os saberes e as práticas locais. Essas organizações — estatais, empresariais ou do terceiro setor — tendem a exercer um poder verticalizado sobre as comunidades, estabelecendo políticas e estratégias que raramente consideram as formas autônomas de organização social e produtiva desses grupos. Nesse cenário, as populações locais não apenas resistem, mas também elaboram alternativas diante do avanço de projetos que ameaçam seu modo de vida, revelando dinâmicas de poder que são disputadas cotidianamente.

De forma convergente, Merino e Chinchay (2022) contribuem ao explicitar como a presença de investimentos estrangeiros e iniciativas de conservação global tem reconfigurado a relação entre comunidades indígenas e ribeirinhas com seus territórios. A tensão entre conservação ambiental e interesses econômicos é mediada por dispositivos de poder que se exercem a partir de lógicas externas às comunidades, muitas vezes sob a retórica da sustentabilidade. Ainda que tais intervenções possam oferecer benefícios pontuais, como compensações financeiras ou melhorias em infraestrutura, os autores apontam que elas tendem a manter uma assimetria estrutural na tomada de decisão e na distribuição de recursos. O poder das comunidades é frequentemente limitado à função de “gestores locais” ou “parceiros operacionais”, mas não lhes é garantida influência efetiva sobre os rumos estratégicos dos projetos implementados em seus próprios territórios.

Nesse sentido, este estudo busca responder à seguinte questão: como se configuram as relações de poder entre uma organização de estrutura remota e a comunidade local afetada, no contexto amazônico?

3 Procedimentos Metodológicos

Este estudo de caso adota uma abordagem qualitativa, exploratória e descritiva. É importante ressaltar que a pesquisa recebeu aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo/EACH-USP. A seguir apresenta-se o contexto empírico de realização da pesquisa e os procedimentos de coleta e análise de dados.

3.1 Contexto de pesquisa: Comunidade Altamira e UHE Belo Monte

O município de Altamira está localizado na Mesorregião Sudoeste do estado, às margens do rio Xingu. O município tem uma área de 159.533,306 km² e população estimada de 115.969 habitantes (IBGE, 2020; Franco et al., 2018). A história da comunidade pode ser dividida em cinco grandes ciclos, começando com as missões religiosas dos Jesuítas no século XVIII, quando a região fazia parte do município de Souzel e foi fundada a missão Tavaquara, nas margens do igarapé Pannels. Em 1880, com a imigração de diversas partes do mundo, iniciou-se o povoamento da região, que levaria à criação do município de Altamira em 1911, durante o ciclo da borracha. A economia local se beneficiou da borracha no século XIX, mas com a queda do seu preço, houve um êxodo populacional. O terceiro ciclo começou na década de 1940, com a chegada de migrantes e soldados da borracha durante a Segunda Guerra Mundial, e Altamira comemorou 50 anos de município em 1962. O quarto ciclo, marcado pela construção da rodovia Transamazônica, trouxe um grande fluxo de pessoas e transformações econômicas e culturais, além de aumentar a violência e promover o surgimento de organizações sociais e indígenas. O quinto ciclo, iniciado em 2011 com a construção da UHE Belo Monte, teve impactos significativos na região, que se estenderam até a conclusão da usina em 2019 (Umbuzeiro & Umbuzeiro, 2012; Umbuzeiro, 2020).

O projeto de construção da UHE Belo Monte no rio Xingu recebeu oposição constante de grupos indígenas e ambientalistas e foi incluído no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) em 2007, com início das obras em 2011. Os estudos para o aproveitamento hidrelétrico da Bacia do Rio Xingu começaram em 1975, culminando com a elaboração do inventário em 1980, que previa a construção do Complexo Hidrelétrico de Altamira, incluindo as usinas de Babaquara e Belo Monte, com implicações diretas para comunidades indígenas. O I Encontro dos Povos Indígenas do Xingu, realizado em 1989, marcou um momento histórico de resistência e articulação dos povos afetados (Cunha & Almeida, 2009).

A construção de Belo Monte causou impactos socioambientais significativos na região, afetando diretamente 28 etnias indígenas, com problemas como o desvio de rios e a exploração ilegal de madeira. Embora um Plano Básico Ambiental tenha sido elaborado para mitigar os impactos, muitos problemas persistiram, especialmente no cumprimento das condicionantes indígenas. Após a conclusão das obras, a cidade de Altamira experimentou um aumento populacional abrupto, acompanhado do aumento da violência e da criminalidade, que afetaram diretamente a qualidade de vida local. O conflito entre facções e a falta de infraestrutura resultaram em uma das maiores taxas de homicídios do país. A construção da usina também gerou uma ampla rede de apoio e protestos que conectaram diferentes grupos sociais e ambientais. Ao longo de 36 anos, o projeto se manteve uma prioridade política para diversos governos, gerando intensas controvérsias e divisões sobre seus impactos e benefícios (Fleury & Almeida, 2013).

3.2 Procedimentos de coleta e análise de dados

Como método de coleta de dados, foram combinadas pesquisa documental, observação em campo e entrevistas semiestruturadas. Enquanto a pesquisa documental e a observação representaram uma aproximação e um maior entendimento em relação ao contexto de pesquisa, as entrevistas buscaram maior aprofundamento e compreensão dos elementos que configuram as relações de poder entre a organização e a comunidade.

A pesquisa documental permitiu uma primeira aproximação com o objeto de estudo e forneceu dados secundários significativos para a compreensão do contexto histórico, político e institucional da usina. A pesquisa documental constitui-se como uma estratégia fundamental na análise qualitativa, pois possibilita o acesso a representações sociais, decisões políticas e registros de experiências de diversos atores (Cellard, 2008). Neste estudo, os documentos analisados incluíram relatórios sociais da organização disponibilizados publicamente, licenças ambientais (prévia, de instalação e de operação), relatórios do Instituto Socioambiental (ISA), do Ministério Público Federal (MPF), da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), do Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH), e também relatório de Monitoramento Socioambiental Independente para o BNDES, além de documentários e notícias publicadas em jornais e revistas eletrônicas.

A observação e as entrevistas foram realizadas presencialmente no mês de março de 2020. Durante a permanência em campo, os pesquisadores visitaram diversas instituições locais, como associações comunitárias, sindicatos, espaços de atendimento à população, entre outros, com intuito de compreender as dinâmicas sociais e a presença da organização no cotidiano da comunidade. Foram percorridas áreas de reassentamento urbano coletivo, o que possibilitou a observação direta da infraestrutura local, da circulação de pessoas e do uso dos espaços públicos. As interações cotidianas com moradores, comerciantes, trabalhadores e lideranças locais, por meio de conversas informais, contribuíram para uma escuta atenta às percepções cotidianas da população acerca dos impactos causados pela usina. Essa etapa da observação teve caráter exploratório e permitiu uma maior familiarização com o campo e para a compreensão preliminar das relações entre a organização e a comunidade. Como instrumento complementar, foi utilizado um diário de campo, no qual foram registradas anotações, reflexões e impressões ao longo de toda a imersão no campo de pesquisa. A utilização da observação direta e do diário de campo é reconhecida como uma estratégia metodológica eficaz para captar nuances do contexto e registrar aspectos não verbais das interações sociais (Bogdan & Biklen, 2022).

No início de cada entrevista foi entregue o termo de consentimento livre e esclarecido para que fosse lido pelo entrevistado, enquanto a entrevistadora ressaltava a confidencialidade dos dados e solicitava autorização para gravação. Foram entrevistados 10 líderes comunitários, que exercem função de liderança em movimentos sociais, sindicatos, conselhos, federações entre outros, na região de Altamira. A decisão de entrevistar apenas líderes comunitários se deu em função da influência exercida por essas pessoas e do amplo conhecimento a respeito da comunidade. O tempo médio de duração de cada entrevista foi de 66 minutos. A Tabela 1 apresenta o perfil dos entrevistados.

Tabela 1 – Perfil dos entrevistados

Nome ¹	Idade	Gênero	Raça	Estado Civil	Filhos	Chegada na comunidade	Tempo na comunidade (em anos)
Adélia	58	Feminino	Negro	Casado	4	1979	46
Djalma	64	Masculino	Pardo	Casado	7	1976	49
Eliza	37	Feminino	Sem resposta	União Estável	5	1995	30
Júlio	30	Masculino	Negro	Casado	1	1991	34
Jairo	61	Masculino	Pardo	Casado	4	1975	50
Malvina	66	Feminino	Pardo	Casado	5	1982	43
Marieta	52	Feminino	Pardo	Divorciado	5	1969	56
Matilde	58	Feminino	Negro	Solteiro	0	1972	53
Margarete	61	Feminino	Negro	Solteiro	3	1978	47
Roberto	55	Masculino	Pardo	Solteiro	3	1977	48

Fonte: elaborado pelos autores

Nota 1: Os nomes são fictícios para garantia do sigilo dos entrevistados

O roteiro de entrevista foi composto por questões que permitiram o entendimento do contexto da relação entre a comunidade e a organização, a partir da história de atuação dos respondentes junto à comunidade, e também sobre os possíveis benefícios e impactos negativos nessa relação. As questões também contribuíram para a compreensão de conflitos e disputas existentes entre as partes.

Os dados coletados foram analisados em conjunto por meio de análise de conteúdo, a partir da proposta de Bardin (2016), que prevê três fases sucessivas: (i) pré-análise, (ii) a exploração do material e (iii) tratamento e interpretação dos resultados.

Na etapa de pré-análise os dados foram organizados e após a transcrição das entrevistas foi iniciada a leitura flutuante. Nesta pesquisa foi definido que as entrevistas seriam transcritas e identificadas com nomes fictícios para todos os envolvidos no processo. Posteriormente, os relatos dos entrevistados foram organizados em planilha Excel® com parte das transcrições separadas de acordo com as questões definidas no roteiro de entrevistas. Foram então identificados os códigos que surgiram a partir das falas dos entrevistados, sendo organizados em unidades de codificação. Nesta etapa, os trechos das entrevistas foram marcados em cores diferenciadas para cada unidade. O mesmo processo foi realizado com os trechos dos documentos analisados, com o objetivo de identificar nas falas dos entrevistados e nos documentos elementos que pudessem ser comparados de acordo com os temas. Dessa forma, realizou-se uma triangulação dos dados coletados, proporcionando uma análise mais robusta e fidedigna.

Nas etapas subsequentes, foram escolhidas as unidades de codificação, procedendo-se com o recorte, enumeração e agrupamento dessas unidades em unidades temáticas. Essas unidades temáticas foram analisadas e organizadas várias vezes para atingir uma estrutura que estivesse de acordo com os objetivos da pesquisa, até chegar a um total de sete, que representam diferentes tipos de implicações decorrentes da instalação de UHE Belo Monte. Nesse processo, buscou-se observar tanto as convergências quanto às divergências nas respostas e também o sentido das palavras dos entrevistados. Finalmente, as sete unidades temáticas foram agrupadas em três categorias analíticas, após um processo de refinamento do conjunto de informações obtidas das entrevistas para torná-las significativas e válidas.

4 Resultados e discussões

Os achados evidenciam que as relações de poder entre a UHE Belo Monte e a comunidade de Altamira se manifestam em diversas dimensões. Três categorias analíticas emergiram: i) implicações socioambientais; ii) implicações socioeconômicas; e iii) implicações sociopolíticas.

4.1 Implicações socioambientais

As implicações socioambientais são divididas em duas subcategorias: diminuição do pescado e desmatamento.

Diminuição do pescado. A área onde está localizada a Usina Hidrelétrica de Belo Monte, destacava-se pela intensa atividade pesqueira (Santos & Santos, 2005), com o pescado fazendo parte da mesa de quase todas as famílias ou para a comercialização por parte dos pescadores profissionais. A construção da usina gerou um extenso trecho de vazão reduzida, formada quando parte da vazão do rio é desviada para outro local com a finalidade de geração de energia hidrelétrica para aproveitar uma queda mais acentuada do que seria se a geração ocorresse no local do trecho de vazão reduzida (Choueri, 2019). Alguns relatos exemplificam o impacto causado:

“A gente vivia uma vida muito feliz, nós tinha um rio rico de peixes né, tinha uma cidade que tinha um desenvolvimento pequeno mas que tinha um consumo muito grande na produção do pescado, então a gente tinha uma vida maravilhosa né, aí aparece o Belo Monte pra trazer um desenvolvimento donde trouxe a morte de Altamira e dos seus naturais daqui (...) acabaram [com] nosso rio, acabaram as nossas florestas, toda alimentação que esse peixe se alimentava, reduziram a nossa área...” (Roberto)

“O meio ambiente eu acho que nós tivemos um impacto muito grande aqui, que é essa questão da, da perca, da perca da, da convivência, por exemplo, né? Com o rio, por exemplo né? Quem, por exemplo, as comunidades que moravam na, na área urbana, próximo ao rio, que era por exemplo, a minha comunidade, a maioria dessas comunidades urbanas que foram retiradas, elas eram comunidades próximas ao rio, ou aos igarapés que também dava, né?” (Eliza)

Desmatamento. O desmatamento às margens dos rios que serviam de alimentação para os peixes ocasionando a morte desses peixes, o adoecimento do rio, a ocupação desenfreada do território causando uma espécie de “inchaço” na cidade de Altamira, foram alguns dos relatos: *“a Belo Monte com os povos indígenas foi muito cruel (...) porque gerou uma relação de dependência muito grande das comunidades indígenas e Belo Monte”* (Adélia).

Nos estudos de viabilidade ambiental realizados na fase que antecede o licenciamento (Viana, 2020), são analisadas as situações do chamado meio antrópico (população, arqueologia, situação socioeconômica) e do meio físico (geologia, relevo e solos, qualidade da água) bem como do meio biótico (fauna e flora), buscando prever os impactos ambientais que possam ocorrer com a instalação de uma usina hidrelétrica e com isso indicando as medidas amortecedoras de impactos.

Na maioria dos empreendimentos a população a jusante (rio abaixo) da barragem é diretamente atingida por alterações na qualidade da água e regime do rio, como por exemplo

cheias e vazantes (Viana, 2020). Fatos como estes são relatados pelos entrevistados como impactos negativos causados à comunidade pela instalação da usina.

4.2 Implicações socioeconômicas

As implicações socioeconômicas podem ser divididas em três subcategorias: trabalho e custo de vida, violência e moradia.

Trabalho e custo de vida: esta subcategoria se refere aos efeitos causados pela construção e instalação da UHE Belo Monte na região causando inflação alta, encarecimento do custo de vida e necessidade de indenizações aos moradores: *“era falado em milhões e milhões assim, mas ele, o dinheiro, não teve uma praticidade na vida das pessoas, né, as pessoas continuam pobres” (Adélia)*. Outra implicação econômica foi no âmbito no trabalho, principalmente na atividade de pesca, que foi extinta: *“a extinção do pescado impactou na economia alimentar dos ribeirinhos e pescadores, né? essa questão dos ribeirinhos, pescadores aí que, são na verdade famílias bem vulneráveis né? Que moravam às margens dos rios e que tiveram que, primeiro o impacto nessa questão econômica” (Eliza)*.

Violência. As mulheres têm sido um grupo seriamente vulnerabilizado desde o início das obras da usina Belo Monte, sendo destaque em todas as entrevistas. Além da prostituição elevada, o aumento da exploração sexual de menores, o trabalho escravo feminino e várias formas de violência contra a mulher, são relatadas nas entrevistas tendo sido objeto de denúncias pelos movimentos sociais, Conselhos tutelares e Defensoria Pública. Alguns relatos exemplificam essa situação:

“A situação que mais agrava nós mulheres é o direito das mulheres que é, quando entra esses grandes empreendimentos, as mulheres são usadas como objetos sexuais. Então, (...) a violação do direito das mulheres é muito grande, não só das mulheres como dos idosos, das crianças indefesas é uma das grandes violações que nós temos na nossa cidade”. (Marieta)

“A gente acompanhava a violência contra a mulher, 2 ou 3 anos nós acompanhamos 21 ou 22 casos de mulheres mortas em Altamira, uma cidade de 87.000 habitantes em 1990... (...) inclusive na área da violência eu fui vítima né, passei por maus pedaços, de porrada mesmo, de assalto, de apanhar, de ser amarrada, de ser quase violentada sexualmente, tô ainda sofrendo na pele, essa questão...” (Matilde).

Outro aspecto é o aumento nos índices relacionados a violência urbana em Altamira é algo que preocupa todos os entrevistados e de acordo com o Atlas da Violência do IPEA, a cidade esteve entre as primeiras colocações no Brasil em 2015 e em 2017 o índice atingiu 133,7 mortes a cada cem mil habitantes (Cerqueira et al., 2018). Esse salto reflete as particularidades de Altamira que foi impactada diretamente pela construção da hidrelétrica de Belo Monte, experimentando a desorganização da vida social da cidade, com o crescimento da taxa de homicídios.

Moradia. Em seus relatórios anuais, a organização aponta estar desenvolvendo desde 2011 um conjunto de ações mitigadoras e compensatórias junto às comunidades urbanas, rurais, ribeirinhas e indígenas de sua área de influência. São ações de caráter mandatório, por força do licenciamento ambiental, que produzem efeitos nos campos da subsistência, segurança alimentar, geração de renda, saneamento básico, saúde, educação, segurança pública, cultura e

lazer. Tais programas e atividades desenvolvidas estavam previstos no Projeto Básico Ambiental (PBA) ou Componente Indígena do Plano Básico Ambiental (PBA-CI) atrelados à licença de instalação ou às condicionantes determinadas nas licenças de operação.

Essas ações se relacionam ao fato de que o reassentamento não foi uma opção, mas uma condição imposta aos atingidos pelo conjunto de fatores que pressionaram o mercado da habitação em alta. A princípio, a organização criou cinco loteamentos denominados Reassentamentos Urbanos Coletivos (RUC) para abrigar mais de seis mil famílias das áreas alagadas. A princípio eram os reassentamentos denominados Jatobá, São Joaquim, Casa Nova, Água Azul e Laranjeiras. Posteriormente, após manifestações de grupos sociais como o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e o Movimento Xingu Vivo para Sempre (MXVPS), foi criado mais um loteamento em uma área conhecida como Pedral.

“Uma questão assim que foi bastante negativa é a mudança mesmo da vida das pessoas, né, as pessoas tiveram que se mudar, né? Quando eu falo, eu falo tanto do rural como do urbano...” (Adélia)

“A gente tinha essa aproximação tanto na área urbana, como também na área ribeirinha, que morava mesmo nas margens do rio, descendo o rio, né? Então, essa saída nossa da comunidade, né? Distanciamento do rio, pra nós foi um impacto muito grande...” (Eliza)

As críticas sobre os RUCs e sua estrutura existem até o atual momento. Problemas de abastecimento de água, lazer, falta de manutenção adequada nas ruas entre outros, evidencia uma paisagem de abandono nos reassentamentos. Apesar disso, as obras de saneamento podem ser reconhecidas como um impacto positivo, aqui usado como externalidade positiva do empreendimento. Este era um serviço que não existia na cidade de Altamira e os entrevistados consideram como aspecto positivo. No entanto, o saneamento de uma cidade é algo assegurado pela Constituição e já deveria existir independentemente da construção da usina Belo Monte.

4.3 Implicações sociopolíticas

As implicações sociopolíticas se referem às políticas públicas utilizadas pelo poder público para, supostamente, buscar soluções aos problemas de vulnerabilidade social decorrentes da implantação da UHE Belo Monte, e aos conflitos decorrentes de impactos nas estruturas sociais e nas dinâmicas de poder.

Políticas Públicas. Considerando as implicações socioambientais e socioeconômicas, os principais problemas vivenciados são a fragilidade das comunidades indígenas, o corte do plano de desenvolvimento regional sustentável (PDRS) do Xingu, a extinção do pescado que impacta a economia alimentar dos ribeirinhos pescadores, a falta de um olhar mais criterioso do poder público em relação aos benefícios para a cidade, a fragilização dos movimentos sociais, a falta de legislações ou ainda a falta de interesses dos empreendedores e do governo em não definir benefícios para Altamira.

No interesse da dimensão política, a população foi dividida em atingidos e não atingidos pela barragem, para assim reduzir os custos com as compensações e enfraquecer a resistência que ora se formava que desde o início promoveu a diferenciação na distribuição dos direitos entre os atingidos (Chaves & Souza, 2018). Os impactos gerados sobre a atividade pesqueira com relação ao sustento e modo de vida dos pescadores são imensuráveis. A baixa capacidade de mitigação devido a interferência inevitável nos *habitats*, ocasionado por meio de alterações na qualidade da água, é um dos fatores que transformam o ambiente. Na região de Altamira, devido a importância da atividade pesqueira, torna-se um risco à diversidade de espécies, à

economia local, pois trata-se de uma atividade tradicional que sustenta a subsistência, o emprego e a renda (Ruffino, 2004; das Neves Barros et.al., 2020).

Conflitos. A instalação da UHE Belo Monte também implicou em mudanças nas estruturas sociais e provocou inúmeros conflitos e tensões a partir da divisão entre aqueles que são favoráveis e aqueles que se opõem ao empreendimento. Entre os relatos, percebe-se que há conflitos ambientais, sociais, organizacionais, territoriais, políticos e até mesmo pessoais, diante das divergências de opiniões e manifestações ocorridas uma vez que a construção da hidrelétrica atende aos interesses de alguns grupos e se contrapõem aos interesses de outros grupos o que vem a gerar os conflitos. As relações de poder existentes entre os grupos antagonicos são deverasmente desiguais.

Pelo lado de agentes favoráveis, encontra-se o grupo que aqui denominaremos de Governo/Estado, em cujo guarda-chuva abrigam-se além da Presidência da República, o Ministério de Minas e Energia, o Ibama quando concedeu as licenças necessárias para a construção do empreendimento, as Centrais Elétricas Brasileiras (Eletrobrás), a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), as Prefeituras dos municípios localizados na área pelas ações organizadas junto ao consórcio responsável com atividades voltadas para a população no sentido de promover os benefícios advindos da construção da usina como geração de empregos, riqueza, desenvolvimento entre outros. Havia ainda os interesses de negócios influentes que lucraram com a venda de bens e serviços durante a construção das barragens, o que incluía a elite comercial de Altamira. As manifestações deste grupo ocorrem por meio de discursos à imprensa, pareceres técnicos, reuniões e ações para viabilização do empreendimento.

De outro lado, encontra-se o grupo dos agentes não favoráveis ao empreendimento, representado pelas ONG's e movimentos sociais como o Movimento Xingu Vivo para Sempre, o Movimento de Mulheres, a Fundação Viver, Produzir e Preservar - FVPP, o Movimento das Mulheres Negras, o Instituto Socioambiental - ISA, Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB, além de sindicatos e associações comunitárias. Ressalta-se que o Movimento Xingu Vivo para Sempre recebe apoio de organizações não governamentais internacionais como a International Rivers e a Amazon Watch. Neste grupo as manifestações ocorrem por meio de atos públicos como ocupação de rodovias, protestos com ocupação de órgão público, vigílias, reuniões com as comunidades, carta aberta aos órgãos oficiais entre outros.

A partir dos relatos apresentados, desde o início das obras até o momento de realização desta pesquisa, a construção da Usina Belo Monte tem causado manifestação da população. Isso porque, algumas das principais condicionantes não foram cumpridas em sua totalidade durante a construção da usina, bem como outras exigências que também foram desrespeitadas. Em sua maioria, os conflitos envolvem não somente bens materiais, mas também ideias, status e posições de poder em que os atores envolvidos possam ter diferentes percepções sobre eles (Nascimento, 2001). No entanto, muitos dos conflitos socioambientais envolvem grupos sociais com diferentes formas de apropriação, uso e significação do território. Com isso, a continuidade das formas sociais de apropriação do meio ambiente desenvolvidas por pelo menos um grupo é ameaçada por impactos indesejados por conta das atividades de outros grupos (Hess & Fenrich, 2017).

5 Considerações finais

Este artigo analisou as relações de poder entre organizações de estrutura remota e comunidades na Amazônia, com foco nas implicações dessa interação, baseado em um estudo de caso em Altamira, onde está localizada a Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

A pesquisa revelou que a relação entre organização e comunidade é marcada por uma complexa codependência, evidenciada por fatores como a dependência econômica, a influência política e os conflitos socioambientais. As tensões entre os diferentes atores demonstram a necessidade de uma abordagem mais integrada e participativa nos processos de implantação de grandes empreendimentos na região. Os achados indicam que, embora haja tentativas de mitigar impactos por meio de políticas públicas e ações institucionais, os efeitos negativos para a comunidade local persistem, especialmente no que diz respeito à reconfiguração territorial, ao aumento da violência e à perda de modos de vida tradicionais. As relações de poder se manifestam tanto na imposição de determinadas legislações e políticas quanto na resistência e organização dos movimentos sociais locais.

Como contribuição teórica, este estudo avança na compreensão das relações de poder entre organizações e comunidades em contextos remotos, ampliando o debate sobre os impactos dos grandes empreendimentos na Amazônia. Ao adotar uma perspectiva crítica sobre os efeitos das OER, o estudo contribui para o campo dos estudos organizacionais ao evidenciar a interdependência entre fatores econômicos, políticos e sociais e seu papel na configuração de relações de poder desiguais. Outrossim, ao considerar a interação entre comunidades tradicionais e grandes corporações, a pesquisa abre caminho para novas investigações sobre governança territorial e dinâmicas de resistência social.

Do ponto de vista social, este estudo oferece reflexões relevantes para a formulação de políticas públicas mais eficazes, que possam minimizar os impactos negativos das OER e fortalecer os direitos das comunidades locais. A compreensão das relações de poder entre organização, Estado e comunidade pode auxiliar na criação de estratégias de mitigação mais alinhadas com as necessidades da população afetada. Ademais, os resultados reforçam a importância da participação ativa da sociedade civil na tomada de decisões, garantindo maior transparência e equidade nos processos de desenvolvimento da região.

Diante disso, recomenda-se que futuras pesquisas aprofundem a análise das estratégias de resistência das comunidades afetadas e os mecanismos institucionais que podem fortalecer a participação social nos processos decisórios. Estudos comparativos entre diferentes comunidades impactadas por grandes projetos na Amazônia também podem fornecer subsídios teóricos e metodológicos para uma compreensão mais aprofundada das dinâmicas de poder e os modelos mais eficazes de governança territorial. Além disso, explorar a relação entre desenvolvimento econômico e manutenção das práticas culturais locais pode contribuir para um debate mais amplo sobre alternativas sustentáveis para a região.

Referências

- Aldous, J. (1995). *O Intercâmbio entre Durkheim e Tönnies quanto à Natureza das Relações Sociais*. Para ler Ferdinand Tönnies. São Paulo: Edusp.
- Baines, S. G. (2012). O movimento político indígena em Roraima: identidades indígenas e nacionais na fronteira Brasil-Guiana. *Caderno CRH*, 25(64), 33-44.
- Bambirra, V. (2013). *O Capitalismo Dependente Latino-Americano*. Insular: Florianópolis, 2013.
- Bardin, L. (2016). *Análise de Conteúdo*. São Paulo: Edições 70.
- Bauman, Z. (2003). *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Zahar.

- Brancaleone, C. (2008). Comunidade, sociedade e sociabilidade: revisitando Ferdinand Tönnies. *Revista de Ciências Sociais*, 39(2).
- Buber, M. (1987). *Sobre comunidade*. Tradução Newton Aquiles von Zuben. São Paulo: Perspectiva, 136 p. (Debates).
- Castro, E. (2012). Amazônia: sociedade, fronteiras e políticas. *Caderno CRH*, 25(64), 9-16.
- Cerqueira, D. R. D. C. C., Lima, R. S. D., Bueno, S., Coelho, D. S. C., Alves, P. P., Reis, M. V., & Merian, F. (2018). Atlas da Violência 2018: políticas públicas e retratos dos municípios brasileiros. In *Atlas da Violência 2018-Ipea e FBSP*.
- Chaves, M. R., Barroso, S. C., & Lira, T. M. (2009). Populações tradicionais: manejo dos recursos naturais na Amazônia. *Revista Praiavermelha*, 19(2), 111-122.
- Chaves, K. A., & Souza, A. M. (2018). De Belo Monte e Belo Sun, o Pará como espaço de espoliação & exceção: o caso da resistência Yudjá. *Las ciencias sociales y la edificación de una sociedad post-capitalista*. Barcelona: Universidad de Barcelona/Geocrítica, Barcelona.
- Choueri, R. B. (2019). *Conflito, licença ambiental e energia na Amazônia*: análise dos conflitos socioambientais produzidos pela usina hidrelétrica de Belo Monte (PA) relacionados à biodiversidade aquática e pesca (Tese de Doutorado). Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília.
- Coelho, T. Milanez, B., & Giffoni, R. (2016). A Empresa, o Estado e as Comunidades. In: Zonta, M. e Trocate, C. (Ed.). *Antes fosse mais leve a carga: reflexões sobre o desastre da Samarco/Vale/BHP Billiton*. Marabá: Editorial iGuana.
- Coelho, T. P. (2018). Minério-dependência em Brumadinho e Mariana. *Lutas Sociais*, 22(41), 252-267.
- Cunha, M. C. D., & Almeida, M. (2009). Populações tradicionais e conservação ambiental. In: Cunha, M.C.D. *Cultura com aspas e outros ensaios*. São Paulo: CosacNaify, p.277-299.
- das Neves Barros, K. D., Brabo, M. F., & Ferreira, A. C. (2020). Impactos de usinas hidrelétricas sobre os recursos pesqueiros amazônicos: os casos de Tucuruí e Belo Monte. *Gaia Scientia*, 14(4).
- Drucker, P. F. (1992). The new Society of Organizations. *Harvard Business Review*.
- Durham, E. R. (2004). Comunidade. In: Omar Ribeiro Thomaz. *A dinâmica da cultura: ensaios de antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, p. 221-225.
- Faria, J. H. D. (2007). *Análise crítica das teorias e práticas organizacionais*. São Paulo: Atlas, 1.
- Fichter, J. H. (1973). Definições para uso didático. *Comunidade e sociedade: leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 153-155.
- Fleury, L. C., & Almeida, J. (2013). A construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte: conflito

- ambiental e o dilema do desenvolvimento. *Ambiente & Sociedade*, 16, 141-156.
- Giuliani, M. V. (2003). Theory of attachment and place attachment. In M. Bonnes, T. Lee, & Bonaiuto, M. (Eds.), *Psychological theories for environmental issues* (cap. 05, pp. 137–170). Aldershot: Ashgate.
- Greenwood, R., Dacin, M. T., Dacin, P. A., Oliver, C., Sahlin, K., & Suddaby, R. (2008). *Traditions as institutionalized practice: Implications for deinstitutionalization*. The Sage handbook of organizational institutionalism, 327, 352.
- Guarido Filho, E. R., & Machado-da-Silva, C. L. (2001). A influência de valores ambientais e organizacionais sobre a aprendizagem organizacional na indústria alimentícia paranaense. *Revista de Administração Contemporânea*, 5(2), 33-63.
- Hess, C. E. E., & Fenrich, E. (2017). Socio-environmental conflicts on hydropower: The São Luiz do Tapajós project in Brazil. *Environmental science & policy*, 73, 20-28.
- Houaiss, A., Villar, M. D. S., & Franco, F. M. D. M. (2001). Dicionário Houaiss da língua portuguesa. In *Dicionário Houaiss da língua portuguesa* (pp. lxxiii-2922).
- Jacometti, M., Castro, M. D., Gonçalves, S. A., & Costa, M. C. (2016). Análise de efetividade das políticas públicas de Arranjo Produtivo Local para o desenvolvimento local a partir da teoria institucional. *Revista de Administração Pública*, 50(3), 425-454.
- Kaufman, H. F. (1959). Toward an interactional Conception of Community. *Social Forces*, 38 (1), 8-17.
- Leite, N. R. P., & de Albuquerque, L. G. (2009). Os desafios de gerir pessoas em uma estrutura organizacional remota. *REGE Revista de Gestão*, 16(3), 99-114.
- Leite, N. P., Albuquerque, L. G., & Kniess, C. T. (2010). Reflexões sobre comprometimento e gestão de pessoas em estruturas organizacionais inovativas e remotas. *Revista de Administração e Inovação*, 7(4), 87-112.
- Lira, T. D. M., & Chaves, M. D. P. S. R. (2016). Comunidades ribeirinhas na Amazônia: organização sociocultural e política. *Interações (Campo Grande)*, 17, 66-76.
- Machado, I. S. (2019). Modernidade e reificação na sociologia alemã: As alternativas às narrativas clássicas que emergem no final do século XX nas obras de Norbert Elias, Jürgen Habermas e Niklas Luhmann. *Revista Brasileira de Sociologia*, 7(17), 77–95. <https://doi.org/10.20336/rbs.496>
- MacIver, R. M., & Page, C. H. (1973). Comunidade e sociedade como níveis de organização da vida social. *Comunidade e sociedade: leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 117-131.
- McMillan, D. W., & Chavis, D. M. (1986). Sense of community: A definition and theory. *Journal of community psychology*, 14(1), 6-23.
- Mintzberg, H. (1983). Power in and around organizations (Vol. 142). *Englewood Cliffs, NJ*: Prentice-Hall.

- Mocellim, A. D. (2011). A comunidade: da sociologia clássica à sociologia contemporânea. *Plural* (São Paulo. Online), 17(2), 105-128.
- Nascimento, E. P. do. (2001). Os conflitos na sociedade moderna: uma introdução conceitual. In: Bursztyn, Marcel. *A difícil sustentabilidade: política energética e conflitos ambientais*, Rio de Janeiro: Garamond.
- Park, R. E., & Burges, E. W. (1973). Comunidade e sociedade como conceitos analíticos. *Comunidade e sociedade: leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 144-152.
- Pereira, A. K. (2013). *Desenvolvimentismo, conflito e conciliação de interesses na política de construção de hidrelétricas na Amazônia brasileira* (No. 1884). Texto para Discussão.
- Peruzzo, C. M. (2002). *Comunidades em tempo de redes. Comunicação e movimentos populares: quais redes*, 275-298.
- Peruzzo, C. M. K., & de Oliveira Volpato, M. (2009). Conceitos de comunidade, local e região: inter-relações e diferença. *Líbero*, (24), 139-152.
- PNEE. *Plano Nacional de Energia Elétrica*. (1987 – 2010). Rio de Janeiro: Eletrobrás.
- Rojas, C. M. O. (2014). *Os conflitos ambientais da Serra do Gandarela na perspectiva das comunidades locais* (Dissertação de Mestrado). Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais.
- Rojas, C. M. O., Pereira, D. B., & Dias, J. B. (2017). Tensões e conflitos na metrópole belo-horizontina:(neo) extrativismo, comunidades locais e áreas protegidas. *Caderno Eletrônico de Ciências Sociais*, 5(1), 47-70.
- Rollero, C., & De Piccoli, N. (2010). Place attachment, identification and environment perception: An empirical study. *Journal of Environmental Psychology*, 30(2), 198-205.
- Ruffino, M. L. (2004). A pesca e os recursos pesqueiros na Amazônia brasileira. *Manaus: Ibama/ProVárzea*, 256.
- Santos, G. M. D., & Santos, A. C. M. D. (2005). Sustentabilidade da pesca na Amazônia. *Estudos avançados*, 19, 165-182.
- Sarason, S. B. (1974). *The psychological sense of community: Prospects for a community psychology*. Jossey-Bass.
- Scannell, L., & Gifford, R. (2010). Defining place attachment: A tripartite organizing framework. *Journal of Environmental Psychology*, 30(1), 1–10.
- Silva, Benedicto. (1986). *Dicionário de ciências sociais*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas.
- Tönnies, F. (1947). *Comunidad e sociedad*. Tradução José Rovira Armengol. Buenos Aires: Losada.
- Tönnies, F. (1973). Comunidade e sociedade como entidades típico-ideais. In: Fernandes, F.

- (Org.). *Comunidade e sociedade*. São Paulo: Nacional, 1, 96-116.
- Tönnies, F. (1995). Comunidade e sociedade: textos selecionados. In: Miranda, O. (Org.). *Para ler Ferdinand Tönnies*. São Paulo: EDUSP, 231-342.
- Umbuzeiro, A. U. B., & Umbuzeiro, U. M. (2012). *Altamira e sua História*. Belém. Ponto Press.
- Umbuzeiro, A. U. B. (2020). *História e iconografia do Vale do Xingu*. Altamira.
- Viana, A. (2020). Hidrelétricas e meio ambiente: informações básicas sobre o ambientalismo oficial e o setor elétrico no Brasil. *Guarimã—Revista de Antropologia & Política*, 1(1).
- Viégas, R. N. (2009). Conflitos ambientais e lutas materiais e simbólicas. *Desenvolvimento e meio ambiente*, 19.
- Wirth, L. (1973). Delineamento e problemas da comunidade. *Comunidade e sociedade: leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 83-95.